

EXPERIÊNCIAS, SEMELHANÇAS E ALGUMAS PARTICULARIDADES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM: COAAFI E COOTACAR^{1}**

EXPERIENCIAS, ALGUNAS SIMILITUDES Y PARTICULARIDADES EN LA ORGANIZACIÓN DEL TRABAJO EN RECOGIDA DE MATERIAL RECICLADO EM LAS COOPERATIVAS RECICLAJE: COAAFI Y COOTACAR

Solange Queiróz Ribeiro²

solqr@yahoo.com.br

Marcelo Dornelis Carvalho³

mdcarvalho@hotmail.com

RESUMO

O artigo tem como foco principal entender o trabalho coletivo de dois grupos de trabalhadores catadores, organizados em cooperativas de reciclagem, mais propriamente, visando a apreender a organização do trabalho como enfrentamento das questões conflitantes do capital, assim como da luta para além da organização interna e da trajetória dos trabalhadores na catação dos resíduos sólidos, compostos por materiais recicláveis, que sobrevivem a partir do que é considerado lixo para alguns e meio de sobrevivência para outros, nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, região Oeste do Estado do Paraná. O estudo revela sua importância no sentido de entender a dinâmica geográfica do trabalho na catação dos resíduos, pois a Geografia enquanto ciência humana permite entender suas relações sociais, assim como é o caso desses trabalhadores.

PALAVRAS CHAVE: Organização do trabalho; trabalho; catação de recicláveis; Geografia.

RESUMEN

El enfoque principal del artículo es entender el trabajo colectivo de dos grupos de trabajadores recolectores organizados en cooperativas de reciclaje, con más propiedad, con el fin de detener la organización de trabajo como los temas conflictivos que enfrenta la capital, así como la luchar más allá de la organización interna y la trayectoria de los trabajadores de barrido de residuos sólido, hecho de materiales reciclables que sobreviven de lo que se considera basura para algunos y para otros medios de supervivencia, en los municipios de Cascavel y Foz do Iguaçu, Oeste del Paraná. El estudio pone de manifiesto su importancia para entender la dinámica laboral geográfica en barrido de residuos debido a la geografía como ciencia humana permite comprender sus relaciones sociales, como es el caso de estos trabajadores.

PALABRAS CLAVE: Organización trabajo; catação de reciclables; Geografia

*Pesquisa realizada com apoio da Fundação Araucária – Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

³ Professor doutor do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP) – Ourinhos; Professor do curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – campus de Presidente Prudente. Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Ourinhos. Coordenador do Centro de Memória Popular Eder Sader (CEMEPES). Coordenador da Incubadora de Cooperativas Popular (INCOP) /UNESP – Ourinhos.

INTRODUÇÃO

Os processos de organização do trabalho coletivo dos catadores dos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel, sobre os quais estaremos abordando, possuem cada qual suas especificidades. As respectivas cooperativas possuem seus modos de organização de trabalho, porém, com algumas particularidades e semelhanças entre si. A origem da organização do trabalho tem um passado ligado à intervenção direta das administrações municipais.

Embora os trabalhadores catadores lutem para torná-los independentes, nos dias atuais, ambas cooperativas estão subordinadas aos ditames do capital, pois as cooperativas são dependentes de políticas externas para alavancar o negócio, tal contexto (origem da organização) os deixa amarrados a ordens do capital.

Em relação ao processo de organização, cujo maior número de organizados está em Foz do Iguaçu/PR, o trabalho coletivo no município está há mais tempo consolidado, no entanto, com algumas particularidades iguais ao grupo de Cascavel: fragilidade entre o grupo e um território de catação precário (instável) que a qualquer momento pode ser ocupado, apropriado por outros indivíduos, que os vejam os resíduos recicláveis como objeto de valor de troca.

A organização para o desenvolvimento da atividade interna e externa não diferencia muito entre os dois grupos, ao contrário, existem grandes semelhanças na forma como a catação é realizada e organizada. Percebe-se que a Cooperativa dos Agentes de Foz do Iguaçu (COAAFI) e a Cooperativa dos Trabalhadores de Material Reciclável de Cascavel (COOTACAR) estão centradas naquilo que Gonçalves (2011) apresenta: ocorreram alterações na forma de realização da atividade e na organização e não necessariamente na relação com que os catadores estabelecem com os demais agentes externos ao circuito econômico.

Esse é o contexto em que estão inseridos os trabalhadores catadores pesquisados: há mudanças e transformações nas relações de trabalho, mas não os deixam livres da subordinação impostas pelo circuito econômico que envolve os resíduos recicláveis no Brasil.

O texto está organizado em três momentos, sobre os quais retrataremos a trajetória de trabalho dos dois grupos, nossa proposta de traçar a organização do trabalho enquanto estratégia para o acúmulo de forças na luta contra o capital e, por fim, as considerações finais, oportunidade em que apresentaremos alguns pontos importantes sobre a contradição do trabalho coletivo em ambas as cooperativas estudadas.

QUEM SÃO OS CATADORES?

Os grupos de trabalhadores catadores que aqui apresentaremos possuem uma trajetória de vida e de trabalho que, de certo modo, assemelham-se em alguns aspectos.

Do total de entrevistados, 30 (trinta) são do Município de Foz do Iguaçu e 15 (quinze) são de Cascavel. Entre eles, 42,2% dos catadores têm como única fonte de renda a venda dos resíduos coletados e classificados por eles nas cooperativas, e 31,2% deles, além da renda oriunda da catação, recebem algum tipo de auxílio do governo, como Bolsa Família, Vale Gás e Bolsa Escola. Também foi possível averiguar que, para 26,6 % dos trabalhadores catadores, a renda familiar é complementada com a ajuda de outros membros da família, que possuem emprego fora da catação e, em sua maioria, são os filhos dos catadores.

Desse modo, é possível perceber que, para muitos trabalhadores catadores, a renda obtida com o trabalho na cooperativa é a única forma de sobrevivência, e reproduzem-se enquanto ser social de forma miserável.

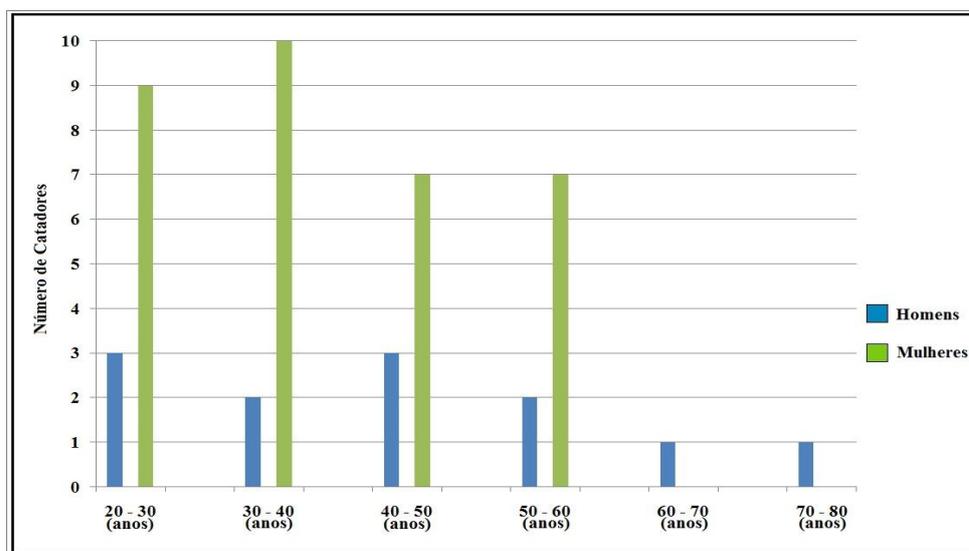
Entre eles, 33 (trinta e três) são do gênero feminino e 12 (doze) são do gênero masculino. Um fator importante que foi a multiplicidade, configura-se indivíduos do sexo feminino nas cooperativas.

Averiguou-se na pesquisa de campo que as mulheres exercem, muitas vezes, o papel de chefe de família, sendo que dos entrevistados 73% são mulheres e 27% são homens. Entre elas, a idade varia entre 23 a 59 anos e, entre os homens, a idade varia entre 21 a 73 anos de idade.

É possível perceber, por intermédio desses dados, que os catadores envolvidos na catação de material reciclável, entre os dois grupos estudados, compreendem um número de trabalhadores considerados em idade relativamente jovem, conforme demonstrado no gráfico – 1.

Isso aponta para as estratégias exploratórias do capital na contemporaneidade, o que demonstra a continuidade da inserção de uma nova geração de trabalhadores num circuito bastante precarizado, por conta, provavelmente, de um mercado de trabalho incipiente na absorção desses trabalhadores de forma mais digna. Além disso, fica evidente um perfil diferenciado de pessoas consideradas jovens, uma vez que, em princípio, o trabalho de catação no Brasil era, particularmente, de pessoas de idade avançada e de moradores de rua. (MNCR, 2010)

GRÁFICO – 1 Faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras da COOTACAR e COAAFI- 2011



Fonte: trabalho de campo, Agosto – Outubro de 2011.

Analisando a trajetória ocupacional desses trabalhadores, muitos deles tornaram-se catadores entre a idade de 20 e 40 anos, por motivos diversos.

Para alguns deles, a idade e os problemas de saúde influenciaram em sua ida para a catação de material reciclável, lembrando, também, que muitos desenvolvem essa atividade devido às exigências do mercado de trabalho, que cada vez mais dificulta a inserção/permanência dos trabalhadores em atividades formais, as quais exigem aptidões técnicas e informacionais, como: qualificação profissional, experiências de trabalho ou por algum problema de deficiência física, como no caso de um catador de 25 (vinte cinco) anos de idade de Foz do Iguaçu *“tenho dedo cortado, ai dificulta muito conseguir emprego”* (Entrevista realizada em outubro de 2011).

Assim, o capital utiliza dos metabolismos discursivos e ideológicos, a fim de justificar a utilização da força de trabalho de pessoas que estão inseridas no setor da economia informal, explicada através da não preparação desses indivíduos para o mercado de trabalho. As formas exploratórias do capital, em seu círculo vicioso de sujeição dos catadores, se sustentam pela “falta” de qualificação profissional e, por conseguinte, pela subordinação e exploração, a exemplo dos trabalhadores catadores que aqui se analisou.

Conforme demonstra a tabela – 1, é possível visualizar os motivos que levaram os catadores a trabalharem na catação dos resíduos.

TABELA- 1 Motivos que levaram os catadores da COOTACAR e da COAAFI para catação dos resíduos recicláveis – 2011

	Homens	Mulheres	Total	%
Desemprego	9	21	30	66.7
Idade avançada	1	-	1	2.2
Problemas de Saúde	1	3	4	8.9
Morava no Paraguai, e não possuía documentos, quando retornou para o Brasil.	-	1	1	2.2
Na época a reciclagem dava bem	-	1	1	2.2
Trabalhava empregado (a) e não gostava de ser mandado	-	2	2	4.5
Aumentar renda familiar	1	5	6	13.3
Total	12	33	45	100%

Fonte: Trabalho de campo, Agosto-Outubro de 2011.

Na amostra, verificou-se que o ingresso na reciclagem está associado ao desemprego de longo tempo e a problemas de saúde. Entre as mulheres, principalmente, os motivos associados à saúde predominam. Para muitas delas, o ingresso na catação foi o primeiro emprego, como auxílio da renda familiar, sendo que o esposo já trabalhava na catação.

Para outros, a inserção na reciclagem está relacionada, sobretudo, à idade avançada, devido às exigências no mercado de trabalho que busca um trabalhador apto a desenvolver todo tipo de atividade, com intensidade em seu ritmo. Assim, aqueles que não comportam o modelo de perfil exigido, são excluídos do processo de trabalho formal e inseridos em outro contexto da economia brasileira, a da informalidade.

Segundo Tavares (2004), a década de 1990 foi marcada pelo grande crescimento da economia informal, englobando um conjunto de atividades heterogêneas nas grandes e pequenas cidades, além de envolver um número significativo de trabalhadores que desempenham todo tipo de atividade considerada informal.

Conforme indica a análise dos questionários, aplicados aos catadores, existem entre eles os que sempre estiveram inseridos em atividades temporárias e informais, que não exigem qualificação profissional para o trabalho formal. Isso pode ser exemplificado com o caso do catador “Mauro”, de 52 anos de idade, de Foz do Iguaçu, entrevistado em outubro de 2011 e que está na catação de recicláveis há 14 anos. “Eu trabalhava puxando muamba no Paraguai, com a queda das mercadorias, após o controle de fiscalização na fronteira Brasil-Paraguai, obriguei a vir para cá”.⁴

⁴Fonte: Trabalho de campo, outubro de 2011.

Exemplos como este e a maioria dos catadores assemelham-se à situação do catador “Felipe”, também de Foz do Iguaçu, com 23 anos de idade, e que está na catação de recicláveis têm oito meses.

Eu morava e trabalhava no campo, como puxar muamba no Paraguai estava ganhando bem, vim morar na cidade. Mas chegou um período que não estava dando mais, a polícia federal está controlando, estava difícil passar as mercadorias, como estava desempregado, ai resolvi vir trabalhar na catação ⁵.

As trajetórias profissionais dos trabalhadores catadores são semelhantes entre si, marcadas pela alta rotatividade ocupacional, vinculada às necessidades da família e à baixa escolaridade que, na atualidade, tem sido um dos empecilhos para conseguir emprego. A alta rotatividade ocupacional é uma das consequências do receituário neoliberal, que se intensificou a partir da década de 1990, com a flexibilização das relações de trabalho pela lógica capitalista. Isso reduziu o custo do trabalho através de contratos precários, sem os direitos mínimos legais garantidos por lei e terceirizados, conquistados pelos trabalhadores historicamente. Por conseguinte, esse processo culminou na desregulamentação dos direitos do trabalho, e no aumento do número de trabalhadores em situação de informalidade.

Os catadores que foram entrevistados nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, entre os meses de agosto e outubro de 2011, apresentaram trajetórias ocupacionais bastante comuns no que se refere ao ingresso na coleta de recicláveis como alternativa de trabalho, seja como meio de manter sua sobrevivência, seja como atividade para aumentar a renda familiar, etc.

Outro elemento que torna as trajetórias analisadas semelhantes são as condições de trabalho, haja vista que no capitalismo todos os trabalhadores estão sujeitos a todo tipo de precariedade. Da mesma forma, o caso dos catadores o processo de catação é fator que leva a precariedade do trabalho.

Muitos dos catadores tiveram sua trajetória marcada pelo trabalho temporário, parcial, terceirizado, sendo que grande parte nasceu e cresceu no campo, onde atuavam como arrendatários e trabalhadores assalariados, em especial os brasiguaios. A tabela - 2 demonstra a experiência profissional dos catadores antes de sua inserção na catação dos recicláveis.

⁵Fonte: trabalho de campo, outubro de 2011.

TABELA - 2 Experiência Profissional dos Trabalhadores Catadores das Cooperativas de Cascavel e Foz do Iguaçu/ PR

Profissão	Homens	Mulheres	Total	%
Doméstica	-	6	6	13.3
Diarista	-	4	4	8.9
Zeladora	-	2	2	4.5
Costureira	-	2	2	4.5
Transporte de mercadorias do Paraguai	1	5	6	13.3
Dona de Casa	-	4	4	8.9
Auxiliar de Cozinha	-	2	2	4.5
Trabalhador Rural	5	1	6	13.3
Lavador (a) de carro	-	1	1	2.2
Babá	-	1	1	2.2
Construção Civil	3	-	3	6.7
Linha de Produção	1	3	4	8.9
Serviços Gerais	1	1	2	4.4
Barrageiro	1	-	1	2.2
Limpeza de Lote	-	1	1	2.2
Total	12	33	45	100%

Fonte: trabalho de campo, Agosto- outubro de 2011.

Nesse sentido, pelo contexto apresentado, mostra que em Foz do Iguaçu há predominância de catadores que possuem, inclusive, origem camponesa, além de um número relevante de brasiguaios, que fazem parte de um processo de desenraizamento de seu lugar de origem, por conta da expropriação no campo brasileiro nos últimos anos.

Esse panorama no contexto histórico e social dos catadores permite afirmar que as dificuldades de se manterem no campo constituem a motivação de seu retorno ao país de origem, à procura de emprego.

No entanto, ao retornarem ao Brasil, esses trabalhadores se depararam com o mercado de trabalho exigente de força de trabalho qualificada, sendo a catação dos resíduos recicláveis a saída econômica encontrada para a manutenção de suas condições de existências. Entretanto, vale salientar o conformismo em relação às condições em que estão empregados, principalmente entre aqueles de idade considerada avançada.

Tal conformismo pode ser contraposto ao sentimento de revolta e inconformismo de muitos jovens, que caracterizam o trabalho na catação como algo passageiro, substancial até a garantia de outro emprego. O desejo de não permanência na atividade da reciclagem é impulsionado não só pela baixa remuneração salarial, mas também pelo preconceito que sofrem na sociedade de modo geral, e as humilhações no trabalho, por parte de alguns funcionários de órgão públicos que atuam indiretamente no trabalho da cooperativa.

Esses fatores somam-se às condições reais da realização da atividade, que além de insalubre, sofrem a discriminação social e a desvalorização dos sujeitos, fatores que levam muitos deles a procurarem outro tipo de emprego que garanta, sobretudo, os direitos mínimos estabelecidos por lei.

Em sua maioria, os catadores desempenhavam todo o tipo de atividade que não exigia qualificação profissional específica. A antiga atividade desenvolvida por eles (costureira, cozinheira, dentre outros) necessitava de trabalhadores qualificados, mas, não aquele trabalhador qualificado que desenvolve várias funções e nem que domine a informática, por exemplo.

Verifica-se uma hesitação quando, por um lado, há a afirmação de que a escolaridade é fundamental para a inserção no mercado de trabalho formal, e garante melhores condições de trabalho e de vida, e, por outro, apenas três dos entrevistados haviam retomado os estudos. O quadro de escolaridade dos catadores aponta para a baixíssima escolaridade e analfabetismo, como se pode verificar na tabela - 3.

TABELA – 3 Escolaridade dos catadores e catadoras entrevistados

Escolaridade	Mulheres	Homens	Total	%
Analfabetos	8	2	10	22.2
Ensino Inicial	14	7	21	46.7
Ensino Fundamental (completo)	10	3	13	28.9
Ensino Médio (completo)	1	-	1	2.2
Total	33	12	45	100%

Fonte: Trabalho de campo, Agosto– Outubro de 2011.

Entre eles, há os brasiguaios que foram para o Paraguai quando ainda eram crianças, e apontaram a distância – moradia/escola – como empecilho para a conclusão do ensino fundamental. Outros, por necessidades diversas iniciaram o trabalho remuneratório quando ainda criança/adolescente para ajudar na renda familiar, implicando, por conseguinte, a evasão escolar.

O fato de apenas três catadores estarem frequentando os bancos escolares não significa que há desinteresse por parte dos trabalhadores a retomarem os estudos. O problema consiste na exaustiva jornada de trabalho, atrelada ao cansaço físico, nos afazeres domésticos, lembrando que a maioria dos catadores é do sexo feminino e, por tal, tem a “obrigação” de realizar o trabalho e no final do dia tem a tarefa de cuidar da casa e da família, etc.

A formação escolar insuficiente não é o único fator responsável pela inserção desses trabalhadores no circuito da catação de recicláveis, visto que outros fatores foram fundamentais nesse processo, tais como a idade avançada, problemas de saúde e a complementação da renda familiar.

Com as desregulações das relações de trabalho e a intensificação da precariedade do trabalho impostas pelas políticas neoliberais dos últimos anos, a classe trabalhadora vê seus rendimentos reduzidos. Por conseguinte, há a necessidade de inserção de toda a família no ambiente de trabalho – muitos catadores trabalham entre pai, mãe e filhos.

Essa é a situação do catador “Carlos”, de Cascavel, entrevistado em agosto de 2011 com 64 anos de idade, e que está na catação de reciclável há 11 (onze) anos.

Eu morava na cidade e trabalhava no campo, no município de Três Barras do Paraná, retirando madeira e depois fui trabalhar na construção de Itaipu na função de carpinteiro. Fui trabalhar na catação por causa da idade, que tornou quase impossível encontrar outro emprego. Nesse tipo de atividade a aceitação de qualquer idade.

No caso da catadora “Maria”, da cooperativa COAAFI, entrevistada em outubro de 2011, então com a idade com 36 anos de vida, natural de Foz do Iguaçu, possui apenas ensino básico incompleto e está na catação de resíduos sólidos há 04 (quatro) anos.

Trabalhei de auxiliar de serviços gerais, doméstica, diarista e de laranja no Paraguai, como não estava dando mais e os problemas de saúde não consegui mais emprego ai resolvi vir trabalhar na catação dos resíduos recicláveis.

Foi possível, contudo, analisar outros motivos de inserção desses trabalhadores catadores na catação de resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis.

A construção de usinas hidrelétricas na região, a exemplo da Itaipu Binacional, dentre outros pequenos complexos hidrelétricos nos municípios circunvizinhos à área, foi um dos fatores de expulsão e desapropriação de populações na região.

Somado a isso, o Oeste do Paraná, região de localização dos municípios estudados fez parte do intenso processo de modernização agrícola a partir de 1960. No ideário de práticas modernas impostas ao campo e aos trabalhadores rurais, podemos citar, dentre as mais importantes, a mecanização da lavoura para satisfazer os interesses da alta performance produtiva exigida pelo agronegócio. A substituição do homem pela máquina representou a exclusão de milhares de trabalhadores rurais, como também a expropriação

de grande contingente de camponeses marginalizados pela condição financeira que exigia a modernização das propriedades agrícolas.

A intensificação das relações capitalistas no campo e a constituição do agronegócio têm contribuído para a continuidade do processo de exclusão de trabalhadores rurais e de camponeses nos municípios em estudo. A seletividade e a eficiência produtivas inerentes ao modelo do agronegócio são os principais elementos de exclusão/expropriação de trabalhadores rurais e camponeses do Oeste paranaense nos últimos anos.

Esses fatores somados são os principais motivadores para formação do conjunto dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em Cascavel e Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu, cidade considerada pólo turístico da região devido à proximidade com o Paraguai, tem atraído a migração de pessoas expulsas/expropriadas do campo à procura de empregos na área urbana do município, cujo incremento demográfico na cidade apresentou um notável índice, deslocamento de uma população considerada relativamente elevada oriunda do campo para a cidade. Segundo IBGE Censo (2010), a população urbana é de 253.950 e a população concentrada no campo é de 2.131.

A década de 1970 foi marcada pela formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores em busca de emprego, atraídos pelo potencial turístico do município de Foz do Iguaçu e pelos atrativos de trabalhar em Ciudad del Este – Paraguai, seja no comércio, ou como “laranja” (POLISSER, 2010).

Apesar de estudos apontarem a construção da hidrelétrica de ITAIPU como um dos atrativos do deslocamento de número significativo de pessoas para o município, sobretudo no período da construção da hidrelétrica, a pesquisa realizada por nós contradiz tais dados, pois entre os catadores encontrou-se apenas um trabalhador que havia participado da construção da hidrelétrica, residindo em Cascavel.

Nas análises averiguou-se que apenas 13% dos entrevistados são de origem dos próprios municípios, e os demais são de outras regiões do Estado do Paraná ou são de municípios circunvizinhos de Cascavel e de Foz do Iguaçu. Alguns são de outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, e dois deles nasceram no Paraguai, mas registrados no Brasil. A tabela – 4 traz uma síntese da procedência dos catadores, possibilitando analisar a migração/deslocamento dos mesmos de sua cidade de origem.

TABELA - 4 Procedências dos catadores de Foz do Iguaçu e Cascavel/PR

	Urbano	Rural	Total
Municípios Adjacentes/Cascavel e Foz do Iguaçu	14	3	17
Paraná	8	3	11
Paraguai	1	11	12
Outros	5	-	5
Total	27	17	45

Fonte: Trabalho de campo, agosto-outubro de 2011.

Embora um número considerável dos catadores entrevistados apontaram sua origem no trabalho do campo, pela tabela acima é possível analisar que a maioria dos catadores, antes de adentrar à catação, estava desenvolvendo diversas formas de trabalho nos centros urbanos.

Para Bosi (2011, p. 42), as mudanças vividas pelos trabalhadores catadores,

[...] fazem parte de um ininterrupto processo de migração, de deslocamento e de desenraizamento. Ele pode ser visto como parte de uma força de trabalho tornada excedente no campo que foi transferida para a cidade, onde se ocupa de todo tipo de trabalho precário e informal, necessário à atual reprodução e acumulação capitalista.

Pode-se afirmar que as mudanças estão ligadas, sobretudo, à busca de melhores condições de vida, ou seja, à procura de um emprego que lhe garanta uma forma de vida mais digna. Enfim, o deslocamento para tais municípios está relacionado com a procura de formas para sofrerem menor consequência que não seja totalmente condicionada à lógica perversa do capital.

Porém, a migração/deslocamento dos trabalhadores é inerente à lógica do capital, cuja necessidade de valorização expulsa e expropria os trabalhadores do campo, os quais são forçados quase que incondicionalmente, por falta de outras alternativas viáveis de sobrevivência, a se deslocarem-se para os centros urbanos, em busca de emprego.

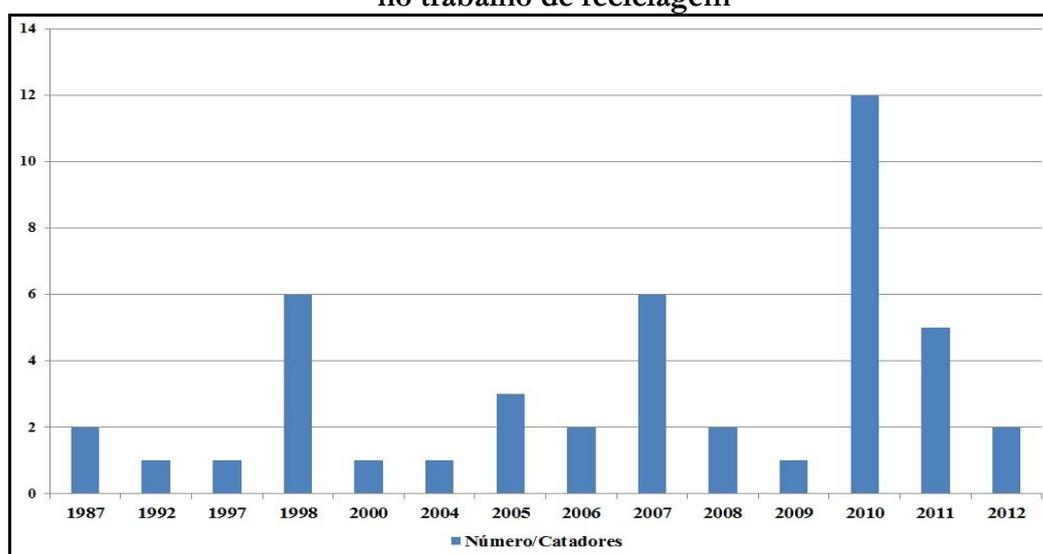
Muitos dos catadores entrevistados que têm suas origens no campo apontaram a modernização e a mecanização como um fator determinante em seu deslocamento para a cidade. Para outros, as dificuldades de adequação/adaptação à lógica do trabalho nos centros urbanos fizeram com que os catadores adentrassem no trabalho de catação de material reciclável como saída para se livrarem da figura do patrão. Trata-se, portanto, de realizar o trabalho de modo “autônomo”, como meio de manter sua reprodução enquanto ser social.

Em relação à inserção na catação, como pode ser averiguado no gráfico – 2, o período/ano em que os catadores se inseriram no trabalho de catação, o ano de 2010 possui maior relevância em relação aos demais.

Pela análise dos questionários mostrou-se que muitos dos catadores, principalmente da cidade de Foz do Iguaçu, onde foi entrevistado o maior número de trabalhadores, apontou o motivo da inserção na coleta de recicláveis pelo maior controle da Polícia Federal na Ponte da Amizade, o que dificultou o deslocamento até o país vizinho, em busca de alternativas para sobrevivência.

Destaca-se, no entanto, que embora isso se constitua um dos fatores de maior relevância, ele não anula a existência de outras motivações não mencionadas pelos catadores, em razão do delineamento e focalização da pesquisa.

Gráfico – 2 Anos de Inserção dos catadores da COAAFI e COOTACAR no trabalho de reciclagem



Fonte: Trabalho de campo – agosto – outubro de 2011.

O metabolismo reprodutivo do capital tem expropriado um contingente de pessoas do campo, que estão na condição de catadores nas áreas urbanas. Os municípios aqui apresentados possuem um número relevante de indivíduos sobrevivendo da catação de reciclável. Estima-se que o número de catadores de material reciclável nos dois municípios seja de aproximadamente 3.000 catadores⁶.

Esse índice sustenta a hipótese de que o número de catadores pode ser maior, pois há pessoas que trabalham em outras atividades, e desenvolvem a catação como segunda opção, em horas de folga, como meio de aumentar a renda familiar.

⁶ Fonte: Secretaria de Planejamento dos municípios (2011).

Em cada município, o número de pessoas sobrevivendo da catação está em torno de 1.500. Dentre esses, no momento de realização da pesquisa, 150 (cento cinquenta) estavam organizados em cooperativas de reciclagem de catadores, o que é considerado baixíssimo pelo montante total.

Assim, a alta rotatividade dos catadores nas respectivas cooperativas representa problemas de toda ordem, a exemplo dos conflitos internos, a baixa renda obtida na catação, a desilusão com o trabalho coletivo, que não condiz com o que é apregoado. Isso explica parcialmente a realidade vivenciada pelas cooperativas, bem como a pretensão em formalizar um grupo de catadores envolvidos politicamente engajados na melhoria substancial de sua condição material, inserido nos debates públicos, envolvendo direta ou indiretamente sua situação enquanto trabalhador catador.

A subordinação e a exploração da força de trabalho fragilizada e desmotivada politicamente e baixo estímulo de envolvimento com outras categorias de trabalhadores, são entraves para fortalecerem suas lutas enquanto sujeitos trabalhadores.

Para o capital, a despolitização é vantajosa, no sentido de que a fragmentação dos trabalhadores e a organização por categorias enfraquecem as lutas de classes. Antunes (2011) enfatiza que,

No apogeu da fase da financeirização do capital-dinheiro, do avanço tecnocientífico, do mundo onde tempo e espaço se convulsionam, o Brasil vivenciou uma mutação do trabalho que alterou sua *morfologia*, na qual a informalidade, a precarização e o desemprego, todos estruturais, ampliam-se intensamente. E esse movimento complexo e contraditório não se deu sem trazer profundas alterações para as lutas de classes no Brasil. (p. 142).

Isso pode ser percebido entre os catadores. Embora esses não tenham perdido as esperanças, acreditam que a saída da condição de explorados e subordinados está no modelo de auto-organização do trabalho, e na articulação com outros grupos da região, como mecanismo de fortalecimento das lutas no momento da comercialização dos produtos.

Muitos dos catadores apontaram a interferência dos Poderes Públicos municipais nas cooperativas como sendo um dos principais fatores que interferem/obstruem a progressão, para além da organização interna.

Por fim, apesar de os catadores serem considerados uma categoria fragilizada frente às relações políticas, os trabalhadores catadores ao se organizarem coletivamente

demonstram consciência de classe frente às formas de exploração e intensificação do capital na cadeia produtiva da reciclagem.

Embora na organização coletiva tal condição de consciência tenha maiores possibilidades de afirmação, ela própria não está imune às contradições de sua inserção no circuito mercantil capitalista, além da dialética que envolve lideranças – liderados.

A COOPERATIVA DE CATADORES DA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU – PARANÁ

A formação dessa cooperativa de catadores e o processo para a organização do trabalho coletivo são semelhantes a tantas outras iniciativas associativas de catadores e catadoras em regiões do Brasil. Em Foz do Iguaçu, a separação do que era/é considerado lixo orgânico seguiu o modelo adotado por muitas das administrações municipais, a partir da década de 1980, no Brasil: a implantação de usinas de triagem e compostagem no processo de recuperação dos resíduos sólidos no local de disposição final, os lixões dos municípios.

Segundo Gonçalves (2006), muitos municípios adotaram esse sistema como forma de reduzir e amenizarem os custos com a geração e destinação dos resíduos sólidos domiciliares urbanos. Além disso, como os custos de manutenção dos equipamentos são altos, tornou-se inviável a continuidade dos projetos e, em Foz do Iguaçu, não foi diferente.

De acordo com a coordenadora do barracão do Porto Belo (posto de triagem da COAAFI), atualmente a forma rudimentar de separação e classificação dos resíduos no barracão, ou seja, a falta da esteira de rolagem, está associada ao alto custo com a manutenção da mesma, bem como à necessidade de lubrificação e compra de óleo para a sua manutenção, dentre outros.

Porém, essa não era a única questão emblemática que os municípios enfrentavam. Há outros empecilhos para a utilização do trabalho dos catadores no processo de recuperação dos resíduos, os desafios postos com as questões sociais, sobretudo, a contratação da mão de obra envolvida e formalizada. Nas palavras de Gonçalves (2006):

Foi como elemento organizador do trabalho de separação do lixo que a construção, ou instalação das usinas de triagem e compostagem nos locais de aterro foi apresentada pelos seus fabricantes e vendedores no Brasil, como sendo a melhor forma das administrações municipais reduzirem ou amenizarem os problemas resultantes da geração e destinação dos resíduos sólidos domiciliares, em tese, proporcionando a

recuperação dos recicláveis e permitindo a compostagem dos resíduos orgânicos. Um discurso que teve respaldo em diferentes instâncias de governo, e de setores da sociedade que se encontravam “preocupados” com as questões ambientais e sociais que envolviam a problemática dos resíduos sólidos. (p. 125).

Fora nesse contexto que outra forma de organização da força de trabalho envolvida foi apresentada pelo município aos trabalhadores catadores a partir de 2003, cuja funcionalidade está sustentada na lógica do capital em utilizar a força de trabalho excedente no processo de reprodução ampliada, escamoteando os custos dos encargos trabalhistas por meio da ilegalidade dos trabalhadores envolvidos, sob a falácia de empreendedores, donos do próprio negócio.

Sendo assim, a organização do grupo de trabalhadores que realizavam/realiza a atividade de catação, separação e classificação dos resíduos recicláveis em Foz do Iguaçu, é consequência da intervenção do Poder Executivo desse Município. Como mencionado anteriormente, a inserção nesse tipo de atividade está relacionada à situação adversa enfrentada por essas pessoas no mercado de trabalho formal.

Gonçalves (2011) apresentou um estudo de caso em municípios do interior do Estado do Mato Grosso do Sul. O fator predominante apresentado pelas catadoras para adesão ao trabalho de catação foi a falta de outra atividade remunerada e a necessidade de sobrevivência/reprodução da família e ainda a permanência na atividade, mesmo em situação adversa, também têm fundamento nessas necessidades. Não cabe, aqui, descrever todas as fases dessa análise, visto que não é nosso foco. Mas procurou-se, na medida do possível, evidenciar que os principais aspectos da inserção dos catadores a desempenhar esse tipo de atividade não é algo específico do próprio município, uma situação enfrentada de modo geral nos últimos anos pelos trabalhadores catadores em garantir sua reprodução.

O trabalho organizado sob os princípios do cooperativismo, pautado na economia solidária, não retirou os catadores da condição de sujeitos subordinados, e os colocou na condição de empreendedor, pois esse discurso segue a legitimidade do capital em utilizar as cooperativas no plano de burlar as leis trabalhistas, tanto de ordem tributária, previdenciária, bem como as trabalhistas, já que, para o autor, não há fiscalização para manter a legalidade das cooperativas. (MAGERA, 2005).

Foi por intermédio de ações de pessoas ligadas ao Município e à ITAIPU, com a implantação de projetos como o Programa de Coleta Seletiva, que os catadores se organizaram na cooperativa, mesclado ao discurso ambientalmente correto de reaproveitamento dos materiais recicláveis para a fabricação de novos produtos.

Trata-se de uma maneira conveniente encontrada pelo capital para dar continuidade à exploração e à subordinação das pessoas envolvidas na catação, e em condição de miserabilidade, o que constitui mais uma das contradições do cooperativismo.

No ano de 2003, em Foz do Iguaçu, foi colocado em pauta o Programa de Coleta Seletiva Solidária pela ITAIPU, com apoio da administração municipal. Nesse evento, estiveram presentes representantes do Ministério Público do Trabalho, do Instituto Lixo e Cidadania, dos catadores de materiais recicláveis e da empresa que fazia a coleta de lixo na cidade, a Vital Engenharia Ambiental.

Segundo Polisser (2010), a reunião tinha como objetivo discutir os conflitos oriundos da não disponibilidade dos resíduos às cooperativas. Os catadores reivindicavam o direito de exercer a coleta e, de outro lado, o Município de Foz do Iguaçu tentava implementar um programa de coleta seletiva protagonizado pela Vital Engenharia Ambiental (antiga Queiroz Galvão).

A resistência dos catadores justificava-se pelo fato de o programa “implementado” pelo Poder Público municipal ter como único fim atender os interesses e demanda da empresa privada, e não as necessidades dos catadores.

Segundo a representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Viviane Merting “*o direito de realizar a coleta e comercializar os resíduos é dos catadores, pois há anos trabalhamos nessa atividade e temos o direito sob os materiais*”.

Foi pautado nesses conflitos e tensões que outro Programa de Coleta Seletiva Solidária foi iniciado em 2004, em parceria entre o Município de Foz do Iguaçu e a Itaipu Binacional, cuja finalidade era incluir as cooperativas de catadores desse município ao Programa.

O projeto faz parte de políticas públicas, desenvolvidas pela ITAIPU nos municípios limítrofes ao reservatório da hidrelétrica, por meio do Programa Cultivando Água Boa. De acordo com a ITAIPU, o objetivo do projeto é amenizar os impactos ambientais e sociais causados após a construção da barragem, na região da Bacia do Paraná III.

Segundo informações dos catadores pesquisados neste estudo, a organização do trabalho de catação iniciou em um dos barracões (Centro de Triagem), localizado no bairro Morumbi I, em Foz do Iguaçu, no final do ano de 2003, mas, sem muito êxito.

Essa iniciativa contou com apoio da ITAIPU e do Município de Foz do Iguaçu. No entanto, a falta de apoio na organização dos catadores na cooperativa, especificamente no setor administrativo que mantém o funcionamento do barracão, foi determinante para o

fracasso da iniciativa e impossibilitou aos catadores o desenvolvimento de suas atividades de forma coletiva. Segundo eles, é necessário, inicialmente, o auxílio do Poder Público municipal a fim de se fortalecerem futuramente, administrar seu próprio negócio e construir a organização política do grupo, sem interferências externas.

Essa compreensão não é só reproduzida pelos catadores estudados, mas encontra-se, também, nos documentos do MNCR. Para este, o apoio de órgãos governamentais é legítimo. É uma forma de compensar os catadores pelo serviço prestado à sociedade, que contribui com o meio ambiente, amenizando impactos socioambientais sem o devido pagamento aos mesmos.

Como a organização política do MNCR é recente, e as condições de existência dos sujeitos envolvidos são precárias, esses necessitam de apoio de agentes externos. Entretanto, essa necessidade implica a não estabilidade financeira e a falta de infraestrutura própria dos catadores, que os mantêm dependentes. Essa questão se agrava em períodos de queda nos preços dos resíduos, principalmente em épocas de crises, e se torna uma das dificuldades dos grupos de catadores, que procuram por meio da auto-organização a manutenção do circuito econômico da reciclagem.

Outra iniciativa foi implementada a partir do ano de 2005. Os catadores procuram “auto organizar” o trabalho, para que a iniciativa se torne mais autônoma. Não obstante, essa iniciativa ocorre por meio de tensões, dependência e conflitos entre os catadores, Poder Executivo municipal, órgãos governamentais e sociedade civil organizada.

A organização dos catadores em cooperativas, em sua maioria é marcada por embates e conflitos travados nos centros urbanos. Em Foz do Iguaçu não foi diferente. Contudo, a convivência na cooperativa no período em que estávamos realizando o levantamento das informações em campo, com os catadores, nos permitiu perceber as ações do Estado e do Município para amenizar os conflitos entre catadores e a população local.

Dessa forma, o uso da designação “agente ambiental” está vinculado ao discurso social e ideológico de uma classe dominante e do próprio Movimento, que visa amenizar os conflitos entre os trabalhadores e a sociedade, aumentar a sua auto-estima e, assim, impor-lhes uma identidade. Para Polisser (2010), a iniciativa da organização no município apresenta-se como:

[...] ancora-se ainda na construção de uma imagem, que serve ainda para justificar tais práticas, demonstrando a diferença de perspectiva de classe

vivenciada pelos catadores das propostas nos programas dos quais são alvos. (p.75).

Destaca-se que o Estado e as administrações municipais, nos últimos anos, têm se dedicado a desenvolver políticas de desenvolvimento local, e os trabalhadores, em condição de desempregados, têm sido alvo desses programas. Conforme foi apontado pelos catadores, o Município formou equipes para sensibilizar os catadores para a catação dos resíduos compostos por materiais recicláveis.

O Município e o Estado atuam com medidas e ações de disciplinar e organizar os trabalhadores desempregados, pautadas no discurso de política ambientalmente correta e de inclusão social. O objetivo é melhorar a condição de trabalho e renda dos indivíduos envolvidos no setor de reciclagem. Embora assuma o papel de incluir os catadores em um contexto que garante melhorias na condição da renda e do trabalho, a realidade vivenciada no dia a dia apresenta-se diferente da imagem apregoada.

O projeto de organização dos catadores, como dito anteriormente, surgiu a partir de ações do Poder Público municipal e da ITAIPU binacional, com intuito de resolver problemas ligados à disposição dos resíduos sólidos urbanos, a partir do ano de 1990. Tal problemática alcança as esferas federal, estadual e municipal. Lembrando que a atividade de catação era desenvolvida muitos anos antes da questão do “lixo” tornar-se alvo das administrações municipais. Como já foi citado, no antigo lixão, localizado no bairro Porto Belo, funciona um dos Centros de Triagem da cooperativa COAAFI, após o lixão ser desativado para cumprir as exigências ambientais, impedindo a entrada e permanência de pessoas no local.

Os trabalhadores catadores que desempenham a atividade da catação no Programa Coleta Solidária, implantado pela ITAIPU e apoiado pela administração municipal em Foz do Iguaçu, têm um passado profissional ligado às atividades consideradas menos importantes para o setor da economia formal, conforme verificou-se anteriormente, o que não significa que a reprodução da força de trabalho desses trabalhadores não seja importante para o processo de acumulação.

A cooperativa estudada (COAAFI) não atende totalmente às doutrinas cooperativistas, consoante apontado anteriormente. Os trabalhadores catadores trabalham obedecendo às ordens de coordenadores que, por sua vez, estão subordinados à presidência da cooperativa. Nesse contexto, até mesmo os princípios da Economia

Solidária ou a própria legislação sobre cooperativismo não são seguidos, como também não atendem as leis trabalhistas vigentes.

Os trabalhadores no momento da pesquisa atuavam na COAAFI sem formalização jurídica e, quando possuíam, arcavam com seus próprios custos, chegando ao ponto de parar de pagar o INSS, pois a renda obtida não é algo fixa, obtendo-a daquilo que é coletado e comercializado. O rendimento mensal conseguido na cooperativa não possibilitou manter os custos com a Previdência Social, que futuramente poderia garantir a aposentadoria, e manter suas condições de existência com o salário mínimo.

A COAAFI possui a Sede localizada na Vila C, mais 8 (oito) Centros de Triagem distribuídos espacialmente em bairros do perímetro urbano do município, os quais estão localizados nos bairros Porto Belo (antigo lixão da cidade), Cidade Nova, Jardim Petrópolis, Jardim Canadá, Portal da Foz, Morumbi I, Campos do Iguazu e Profilurb II. No período em que se realizou o trabalho de campo, a cooperativa havia conquistado mais um terreno para a construção de um novo entreposto.

A descentralização de entrepostos nos bairros é entendida como medida para facilitar o trabalho dos catadores, ou seja, para que esses não percorram longas caminhadas até o local de trabalho. Essa é uma das reivindicações dos catadores, cuja finalidade é amenizar o processo de precarização do trabalho e manter um controle sobre o território da reciclagem na cidade.

Essa forma de organização espacial possui outra finalidade para o Estado, centrada na política estatal de controle e mando da força de trabalho avulsa, direciona-os onde e quando podem realizar a tarefa. E, em Foz do Iguazu, cidade turística, o controle de circulação de catadores pelas ruas em determinados lugares é mais severo.

O trabalho dos catadores na cooperativa é dedicado à coleta seletiva, à separação, à prensagem e à comercialização dos materiais recicláveis, provenientes de órgãos públicos, lojas, supermercados e de domicílios na cidade. A prensa para o enfardamento do material foi adquirida com fundos de entidades governamentais, sendo que das máquinas na cooperativa é a única em funcionamento, a esteira encontra-se desligada em razão do alto custo da manutenção, descrito anteriormente.

Dos locais visitados, Centros de Triagem, Cidade Nova e a Sede, as formas de realização do trabalho se diferenciam do barracão do Porto Belo. Os trabalhadores do Porto Belo fazem apenas a separação, a classificação, a triagem e a prensagem dos resíduos sólidos compostos por materiais recicláveis, entregue pelo caminhão da Vital Engenharia, sendo que a outra parte dos materiais é entregue pelo caminhão da cooperativa.

No entreposto da Cidade Nova, uma parte da coleta é realizada com carrinho elétrico por alguns dos catadores (homens), e outra é coletada três vezes por semana em (locais fixos) com caminhão. Na sede, a realização do trabalho comunica, em partes, com o da Cidade Nova, porém, foi apontado por alguns dos catadores de outros barracões que esta dispõe de maior quantidade de material dos demais Centros de Triagem, o que contribui na maior remuneração daqueles que estão trabalhando na sede da COAFFI.

O trabalho é realizado numa jornada de 7 horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, em períodos de maior acúmulo de material nos barracões, a tarefa é estendida até o sábado ao meio-dia. Dessa forma, os materiais comercializados são de diferentes tipos. A maior parte é composta por vidros e papelão, e os de maior valor são encontrados em menor quantidade. O preço pago pelos materiais é diferenciado.

A comercialização do material é realizada quinzenalmente, pois a estrutura física do barracão disponível não acomoda todos os fardos de resíduos prensados pelos catadores. Embora a comercialização dos produtos seja realizada no próprio município a cada 15 dias, o pagamento aos trabalhadores é realizado uma vez por mês. A venda, realizada no próprio município, financeiramente diminui os gastos com o transporte dos resíduos já prensados. Mesmos assim, não houve alteração no valor recebido pelos catadores.

TABELA - 6 Preços dos Resíduos Recicláveis Pagos aos Catadores na Sede da COAAFI

Tipo de Material comercializado na cooperativa	Preço pago aos catadores por Kg (R\$)	Quantidade de resíduos coletado pelos catadores por mês
Papelão	R\$ 0,29	5.244kg
Papel Cimento	R\$ 0,17	1.310 kg
G Mista	R\$ 0,13	2.457 kg
G Branca	R\$ 0,32	956 kg
Tetra Park	R\$ 0,15	476 kg
Garrafa Pet	R\$ 1,20	868 kg
Pet Óleo	R\$0,35	116 kg
Copinho	R\$ 0, 20	322 kg
Papel Colorido	R\$0, 65	662 kg
Papel Branco	R\$ 0,80	352 kg
Cristal	R\$ 0,90	1.001 kg
Sacolinha de Plástico	R\$ 0,38	1.018 kg
Sucata	R\$ 0,20	1.470 kg
Latinha	R\$ 2,50	2.52 kg
Alumínio	R\$ 2,70	43 kg
Cobre Limpo	R\$ 10,00	11 kg
Cobre Fio	R\$ 3,00	30 kg
Marmitek	R\$ 1,20	33 kg
Metal	R\$ 6,00	9 kg

Vidros	Sem Valor (no mercado)	7.120 kg
Garraão	R\$ 1,00	20 kg
Garrafas	R\$ 0,50	50 kg
Jornal	R\$ 0,50	12 kg

Fonte: Trabalho de Campo, Outubro de 2011.

O trabalho interno se resume a separar e classificar os resíduos. Percebemos que há uma divisão sexual do trabalho, mas essa divisão não é seguida à risca. Há mulheres que saem à rua para realizar a coleta com carrinho, ou ainda, ajudam na coleta nos dias em que o caminhão sai para coletar na rua como foi mencionado pela vice-coordenadora do barracão da Cidade Nova. Também há homens que fazem a separação e classificação na área interna dos barracões.

A coleta em local e horário marcados, os chamados pontos fixos, faz parte do plano do Estado em controlar os locais e horários que os catadores podem circular pelas ruas. Essa iniciativa tem trazido algumas melhorias significativas aos trabalhadores levando-se em conta o fato de não necessitar percorrerem longas caminhadas à procura dos materiais.

Os pontos fixos podem vir a ser um território das cooperativas, mas de forma precária, estas dependem da disponibilidade dos resíduos de comerciantes e moradores, podendo esses, a qualquer momento, romper as relações de troca e laços de solidariedade com os catadores. Assim, entende-se que os pontos fixos possuem caráter de território precário, podendo ser ocupados por catadores “individualizados”, uma vez que os cooperados não têm um controle sob o território de catação da cooperativa.

Apesar de tudo, a situação adversa, o contexto problemático que a cooperativa está inserida, conforme informações levantadas pelo trabalho de campo, foi observado que muitos catadores acreditam que o trabalho na cooperativa tem seu lado positivo, porquanto o trabalho no cooperativismo facilita adquirir recursos junto aos órgãos públicos, como exemplos o Município de Foz do Iguaçu e a ITAIPU binacional. Ademais, permite trocar de informações entre os colegas de trabalho, melhorarias nas condições de renda e no desenvolvimento da atividade. Ou seja, eles acreditam na construção de uma identidade coletiva por meio do cooperativismo.

A COOPERATIVA DE CATADORES DA CIDADE DE CASCAVEL - PARANÁ

A alternativa para superar parte da problemática enfrentada na realização da atividade, bem como para minimizar a exploração e a subordinação por parte de

atravessadores na intermediação da comercialização dos resíduos sólidos recicláveis caracterizou-se na organização dos catadores para fazer frente às condições degradantes na intervenção do poder público municipal. Foi por conta disso que os trabalhadores catadores organizaram-se sob a forma de cooperativismo para a realização do trabalho coletivo.

As primeiras iniciativas de organização dos catadores de materiais recicláveis, em Cascavel, são decorrentes de iniciativas do poder público municipal, o que proporcionou uma relação de dependência muito grande entre os catadores e a prefeitura, relação que aparentemente tende, pela auto-organização dos próprios trabalhadores, a tornar-se mais autônoma.

Embora a intenção do grupo seja libertar-se da interferência do Município, de atravessadores e intermediários no negócio, de fato, após três anos de lutas contra as ações de agentes externos no negócio, não houve muitos avanços/êxito. Os catadores ainda não podem comemorar sua autonomia, pois estão subordinados às ordens externas do Poder Executivo municipal e do circuito econômico da reciclagem, consoante foi averiguado na pesquisa de campo.

Todos os trâmites que envolvem o processo de organização do trabalho, sob os princípios do cooperativismo no município, estão diretamente ligados a agentes não catadores, principalmente ao poder público municipal,⁷ que mantinha contato direto com os trabalhadores através de programas de assistência social e ações beneficentes.

No ano de 1998, após pesquisa de campo realizada por técnicos do governo municipal de Cascavel, com apoio da Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Ação Social, foi realizado um mapeamento identificando as áreas de maior concentração de famílias que sobreviviam da coleta de material reciclável no município.

Após o trabalho desenvolvido por técnicos (Assistentes Sociais) da Secretária Municipal de Ação Social, foi construído em Cascavel o primeiro Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis (CPTMR)⁸ do município, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, denominado Ecolixo.

⁷Secretária de Ação Social e Secretária do Meio Ambiente.

⁸Para Oliveira (2004) A instalação do Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis (CPTMR), que tinha por objetivo principal o recebimento dos resíduos recicláveis com intuito de diminuir a quantidade de resíduos no espaço destinado ao aterro sanitário, foi um marco no processo organizacional dos catadores carrinheiros. No ano de 1999, foi criado o projeto “Agentes Ecológicos”, contando inicialmente com 70 integrantes, os catadores inseridos receberam da prefeitura municipal de Cascavel, carrinho para a coleta dos materiais, uniformes, e crachás para a identificação do grupo, e uma cesta básica por mês para complemento de sua renda. Projeto este, custeado pela Secretaria de Ação Social. Foi a partir deste momento que os catadores iniciaram o processo de organização do trabalho coletivo.

Dentre alguns objetivos, no processo de formação do Ecolixo, como nos demais municípios brasileiros, destacou-se o recebimento de materiais recicláveis para diminuir a quantidade de resíduos recicláveis depositado no aterro sanitário, aumentando a vida útil da área destinada ao depósito de lixo urbano.

Para Oliveira (2004, p. 43), a área do Ecolixo tinha uma estrutura adequada para o recebimento do material, proporcionando a possibilidade de estreitar relações com os catadores, absorvendo a demanda e inserindo-os no projeto de inclusão social.

Tendo em conta as questões ambientais, bem como os impactos causados pelos resíduos jogados nas ruas, em valas e lixões a céu aberto acarretando degradação do meio ambiente, e também pelo fato de os moradores do meio urbano e rural resistirem contra a construção de novos aterros sanitários, a coleta seletiva é uma alternativa para desestimular a construção de novos aterros, aumentando em 40% a vida útil dos já existentes.⁹ Tendo em vista que os aterros sanitários são projetados com vida útil de 10 anos, mas dificilmente alcançado, há necessidade da construção de novos aterros em período inferior ao projetado.

Nesse contexto, surgiu em Cascavel, no ano de 2003, a idéia de uma associação das “Agentes Ecológicos”: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel (ACAMAR) que iniciou com 36 membros, e a ajuda indireta do Poder Público municipal através do Programa intitulado Ecolixo. Para Oliveira (2004, p. 43):

Após a formação do Ecolixo a equipe técnica inserida no projeto proporcionou ao grupo a participação dos catadores em fóruns regionais envolvendo os temas: meio ambiente reciclagem e organização de categoria, cooperativismo e economia solidária. E em encontro de catadores nos quais se destacam o I Fórum Estadual Lixo & Cidadania. Nestes encontros, os catadores tinham a oportunidade de trocar experiências, conhecendo novos grupos que se encontrava em formação ou já estruturados, dando maior visibilidade à realidade que eles estavam vivenciando no processo de formação da associação de catadores de material reciclável no município de Cascavel.

Para a autora, a interação do grupo de catadores com outros trabalhadores da mesma categoria proporcionou a identificação na forma de organização e gestão do empreendimento do negócio de outros catadores. A administração da associação/cooperativa era administrada por eles com a ajuda indireta do poder público local e a renda era dividida entre os cooperados que trabalhavam organizados na

⁹Folheto ONG URU: Projeto de Educação Sócio Ambiental para Coleta Seletiva de Resíduos Domésticos.

associação. O modelo de organização, utilizado por esses trabalhadores catadores, baseou-se em associações com características de cooperativas não registradas, com apoio dos respectivos municípios nos quais se localizam, sendo que muitas delas estão ligadas às organizações não governamentais (ONGs).

A forma de organização dos trabalhadores do município de Cascavel que sobreviviam da catação de resíduos recicláveis e os entregavam ao Ecolixo era contraditória, pois os “agentes ambientais” que trabalhavam vinculados ao Centro de Processamento e Transferência de Materiais Reciclável não tiveram mudanças nas suas condições de trabalho e de renda. Nesse sentido, havia reivindicação referente aos rendimentos por parte dos catadores que entregavam material reciclável no Ecolixo. Durante todo o processo de organização dos catadores houve inúmeras promessas por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de melhoria de renda e de divisão dos lucros com os “agentes”. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Oliveira (2004), essa divisão estava vinculada à venda do material ao Ecolixo, ou seja, quanto mais os catadores entregassem seu material ao CPTMR, maior seria sua rentabilidade. Contudo, não era essa, de fato, a realidade vivenciada pelos catadores.

A proposta de entregar resíduos ao CPTMR estava vinculada às alternativas de soluções aos resíduos sólidos urbanos do município, conforme analisado no documento da COOTACAR. Foi a partir do ano de 1993 que a Secretaria Municipal de Ação Social (SEABO), juntamente com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAB), procuraram alternativas para o enfrentamento e soluções a destinação correta dos resíduos sólidos.

Embora em Cascavel a organização do trabalho tenha iniciado de forma diferenciada da de Foz do Iguaçu, a intenção das administrações municipais de ambos os municípios é semelhante na utilização da força de trabalho excedente na recuperação dos resíduos sólidos recicláveis, atrelado ao discurso de inclusão social.

No mesmo ano, a Câmara de Vereadores do Município de Cascavel aprovou a lei que autoriza o Poder Público Municipal a patrocinar o serviço de tratamento e reciclagem do lixo (Lei Nº 2.366/93) - (COOTACAR, 2008 p. 2).

Diante da organização dos catadores e da inserção através de projetos sociais que contaram com apoio, em parte, do Poder Público local, percebe-se que as inúmeras tentativas de um sistema de coleta seletiva organizacional não obtiveram muito êxito. Para Chassot, (2007, p. 52):

É relevante salientar que há aproximadamente 12 anos o município de Cascavel vem realizando tentativas de organização desta categoria profissional. Durante este período foram realizados estudos, e pesquisas por diversas instituições, com o intuito de apontar estratégias de fortalecimento desta categoria. Agora, na atualidade, é que começa a despontar os resultados dos trabalhos até então desenvolvidos.

Para os catadores, o negócio sob tal organização não obteve êxito devido às intervenções do governo municipal que se desdobraram na administração da associação/cooperativa. É nessa contextualidade que os catadores passam a se identificar enquanto sujeitos políticos, capazes de, coletivamente, resistir à ação do Poder Público municipal. Isso porque a participação desses trabalhadores em eventos possibilitou o conhecimento sobre a realidade de grupos de outros municípios. Contudo, essa experiência proporcionou conhecimento enquanto sujeitos políticos organizados, capazes de lutar contra as ordens impostas pelo Executivo municipal.

Segundo o documento da (COOTACAR, 2009), algumas tentativas foram realizadas para que este processo, de coleta seletiva municipal, proporcionasse um resultado de gestão social para o catador, porém, o documento destaca que não houve interesse econômico nem político para essa realização. Uma das tentativas do trabalho coletivo foi através da ACAMAR, no ano de 2003, sendo que até o ano de 2006 a associação ficou inativa, com taxas, tributos e documentos pendentes, ou seja, a associação não foi formalizada legalmente.

No ano de 2005, o Programa Ecolixo foi descentralizado e o trabalho social com os catadores foi direcionado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que precisou se integrar com o processo dessa categoria profissional, planejando a inclusão produtiva formalmente. Através de pesquisa de campo foram cadastradas 900 famílias de catadores de materiais recicláveis no perímetro urbano de Cascavel.

No período do mapeamento, o Centro de Referência de Assistência Social estava distribuído nas quatro regiões¹⁰. As equipes organizam-se de forma que possam assessorar as associações existentes e fomentar a sua organização em forma de cooperativismo.

¹⁰O município foi dividido em quatro regiões estratégicas, onde realmente se concentra o maior número de fragilidade com relação às condições de vida, trabalho e renda, afetando diretamente seus vínculos familiares e comunitários. Estas regiões passaram a ser denominadas como regiões Norte, Sul, Leste e Oeste (Chassot, 2007).

No ano de 2007, funda-se a COOTACAR que, atualmente, é composta por 35 cooperados com a ajuda indireta do Município de Cascavel, os quais desenvolvem um sistema Integrado de Coleta Seletiva e formam a unidade denominada CPTMR.

Esta unidade contempla um projeto piloto denominado como escola prática e de administração da cooperativa, cujo centro de treinamento existem 35 catadores que fazem cursos de capacitação para a operacionalização dos futuros centros de triagem nos bairros.

Em 2008 é formalizada a Cooperativa dos Trabalhadores Catadores de Material Reciclável de Cascavel (COOTACAR). A COOTACAR é constituída por instâncias deliberativas, que são: Diretoria, Conselho Administrativo e Assembléia Geral.

A COOTACAR foi criada com a perspectiva de atuar sob os princípios do Cooperativismo e da Economia Solidária. No entanto, embora tenha essa perspectiva, a imagem apregoada não condiz com a realidade vivenciada pelos catadores, já citado no primeiro capítulo.

Um dos objetivos da cooperativa é a gestão democrática e participativa, mas as informações levantadas em campo contradizem com o que é apresentado na cooperativa. Nas reuniões, todos os catadores têm “voz ativa sobre o andamento da gestão da cooperativa”, e os cooperados participam das reuniões quando são tratados assuntos mais gerais. Os assuntos específicos, a exemplo do andamento administrativo, apenas os membros da diretoria participam das discussões, ficando alijados do debate e das informações os outros catadores, o que é um limite importante para sua ação e compreensão dos processos coletivos que ocorrem na Cooperativa. No entanto, com ênfase, os demais membros não participam porque a reunião é restrita à diretoria.

Apesar dos conflitos administrativos internos e a não-sustentabilidade da cooperativa por conta própria, muitos dos catadores não compreendem as reuniões como momento de concretização do interesse coletivo para avançarem na formação social, política e econômica. Alguns deles apontaram a participação em reuniões como algo forçoso, ou seja, só participam porque é obrigatório, não como algo imprescindível às questões que os afligem. A administração e gestão da cooperativa são realizadas pelos cooperados, com ajuda indireta de funcionários ligados à ITAIPU.

Em relação à formação da cooperativa, a ONG Caritas tem um papel representativo em todo o processo. Conforme apontou na entrevista a representante da ONG Caritas, Maria,

A cooperativa conta com o apoio da ONG há mais de 12 anos, ressaltando que, a cooperativa jamais chegaria onde está sem o apoio da Caritas. A ajuda parte de todo tipo de processo, recursos financeiros de pequenos projetos, auxílio na organização. Ela ainda argumenta que, os catadores são muitos carentes de espiritualidade e sentem debilitados. Para ela, os conflitos no trabalho, as dificuldades de relação (solidariedade, ajuda mútua) entre os catadores está relacionada com a deficiência de espiritualidade, pois acredita que trabalhando a espiritualidade dos mesmos desdobrará em pontos positivos, como as trocas de ajuda mútua, aumentará a autoestima etc.

Ainda ressalta Maria, além da contribuição na organização do trabalho, a ONG trabalha a espiritualidade dos catadores e com isso resgata a autoestima dos mesmos. A Caritas proporciona a participação deles na organização de eventos, a exemplo a Festa da Colônia do município, sendo que com os recursos arrecadados na festa foi comprada uma caminhonete para a cooperativa, contribuindo, assim, para a coleta dos resíduos.

A COOTACAR funciona como central de beneficiamento primário de material reciclável onde são coletados os resíduos de condomínios, hotéis, agências bancárias, mercados e órgãos públicos, totalizando 72 (setenta e dois) pontos fixos.

A coleta seletiva está de acordo com o Decreto Federal 5.940/06 e o Decreto Estadual 4.167/09 que tem como prioridade a destinação dos resíduos para as cooperativas de reciclagens. Os catadores realizam a coleta de segunda a sexta-feira em horário e local marcados, com caminhão adquirido de fundos da FUNASA e a caminhonete adquirida por meio da ONG Caritas e seis carrinhos elétricos cedidos pela ITAIPU no final de 2009, da parceria entre ITAIPU e MNCR.

Nas informações levantadas em campo percebe-se que, apesar da alta potencialidade dos resíduos sólidos no município e da significativa abrangência do Programa *Coleta Seletiva Legal*, a COOTACAR tem arrecadado material muito aquém da expectativa, os trabalhadores envolvidos na catação e classificação na cooperativa não são suficientes para realizar todo o processamento (separação, classificação e prensagem) do material disponível.

Em Cascavel, os catadores apresentam alguns fatores que comprometem o fortalecimento enquanto sujeitos coletivos, capazes de ir além da organização interna, ou ainda, nem mesmo a organização do grupo na cooperativa pode-se dizer que seja algo materializado.

No levantamento das informações empíricas, percebe-se que os catadores conquistaram maior “autonomia” nas negociações com o Poder Público municipal de

Cascavel e seus órgãos, como exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente. Eles não tinham “poder de voz” nas deliberações que envolvem as questões administrativas, as quais eram decididas entre membros da Secretária de Meio Ambiente, representantes da ONG Caritas, entre outras entidades envolvidas.

Por conseguinte, os catadores, enquanto sujeitos políticos envolvidos, reivindicavam a participação no andamento das negociações na cooperativa com a administração municipal, porém, hoje, as decisões internas não são tratadas sem a presença dos membros da diretoria.

A problemática que abarca todo o processo de formação da COOTACAR não diz respeito apenas à falta de mão de obra para o trabalho. A infraestrutura física que sempre foi uma das questões cruciais desde o início, como apontou a ex-presidente da COOTACAR, em 2009, não possibilitou acomodar todo o material dos cooperados e a integração de novos cooperados. Ainda é uma questão emblemática, uma vez que o lugar onde estão é provisório.

Hoje, apesar da infraestrutura – conquistada após o enfrentamento com a Secretária do Meio Ambiente no final de 2011, comparativamente menos precária face ao antigo local (primeira sede da COOTACAR, na Avenida Carlos Gomes) ainda não se pode dizer que esta questão esteja resolvida, o local onde eles estão desempenhando a atividade ainda não é apropriado.

A COOTACAR, em 2011, contava com 35 trabalhadores, sendo que 23 deles estavam trabalhando na Sede da cooperativa e os demais estavam distribuídos nos entrepostos localizados no núcleo urbano do município, no bairro São Cristóvão e Aclimação.

A organização dos trabalhadores dentro da cooperativa e na forma que a catação era realizada na rua foi gradualmente modificada, diante da situação das políticas governamentais e municipal que proporcionam a catação com caminhão e não mais de carrinho. Essa mudança, entretanto, não alterou em nada a condição dos catadores, embora ainda existam os que coletam com carrinho elétrico, mas numa proporção bem menor que há quatro anos.

Após enfrentamento com a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Cascavel, os catadores trabalham em um barracão alugado por este ente público, que arca com os custos da cooperativa, como água, luz e telefone. Enfim, a contribuição desse Município é que garante a realização das atividades. A prensa e a balança foram adquiridas com fundos

do governo federal. Os catadores fazem a seleção, classificação (papelão de 1ª, papelão de 2ª, papel branco, papel misto, plástico) e prensagem dos resíduos.

Eles fazem a comercialização com intermediários do próprio município, conquanto até o momento ainda não há a possibilidade de comercialização diretamente com a Indústria Recicladora. A cooperativa está geograficamente localizada fora de um ponto estratégico da Indústria Recicladora, o que pode ser um fator determinante no momento da comercialização. Isso tudo, soma-se à Política dos Resíduos Sólidos, que contribui na interferência de comercialização do produto final, que segue o planejamento dos próprios municípios.

Para tanto, a comercialização segue as normas impostas pelo mercado local, e obedecem às regras que vão do tipo de resíduos, sua composição e quantidade. Um exemplo é o vidro, que não tem muito valor no mercado e, pelo preço cotado, não vale a pena reciclá-lo. Além disso, ocupa lugar na infraestrutura física do barracão, é um resíduo “inviável”, mas mesmo assim são reciclados.

A teoria apresentada por Singer (2002, p. 89) em relação ao ideal posto pelo cooperativismo não condiz com a prática, ao menos nas cooperativas pesquisadas.

A cooperativa possibilita compras, em comum, a preços menores e vendas, em comum, a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindicam o espaço protegido para armazenar, seguido de separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor.

Nesta mesma perspectiva, Gonçalves (2006, p. 190) corrobora:

[...] ressalta que a estruturação de cooperativas e associações objetiva romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores de papel.

Enfim, a COOTACAR não rompeu com as amarras do circuito da reciclagem. Apesar das contradições, os trabalhadores catadores de material reciclável percebem o trabalho organizado em associações/cooperativas como viés de enfiamento. Mesmo com as dificuldades encontradas na cooperativa e o descrédito por uma parte do grupo, entre os catadores existem os que persistem na cooperativa até hoje, acreditando em mudanças na realização do trabalho e na renda por meio do cooperativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, intentamos apresentar as experiências, semelhanças e trajetória entre os dois grupos de catadores organizados sob o ideal cooperativista que buscam articular a luta no contexto nacional, a fim de fortalecer suas estratégias contra a territorialização hegemônica do capital. Apesar de mínimas conquistas no cooperativismo, ocorrem contradições no que diz respeito às condições de trabalho, renda e organização do trabalho, os catadores permanecem seguindo o ideal cooperativista, como maneira de retirá-los da condição em que estão inseridos. Eles estão subordinados ao monopólio das grandes indústrias de reciclagem e das interferências internas dos entes públicos municipais, intermediários, donos de ferro velho, dentre outros.

As contradições que acompanham as cooperativas de recicláveis são aceitáveis, bem como as incoerências que acompanham a representação nacional dos catadores, pois o sistema em que estão inseridos os coloca em condições que não permitem retirá-los definitivamente de tais dependências e desvios de seus objetivos.

Assim, o próprio sistema capitalista é contraditório, obrigando as formas organizativas a se redefinirem. Essa é a realidade dos catadores dos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu e das demais regiões brasileiras.

REFERENCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Bomtempo, 1999.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BORTOLI, M, A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev. Katál.** Florianópolis. V. 12 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2009.

BOSI, A, P. Catadores de Recicláveis no Brasil: a organização capitalista do trabalho informal In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XII, 2007, Recife. **Anais.** Pernambuco: UFPE, 2007.

BOSI, A, P. A difícil constituição da identidade dos catadores de recicláveis no Brasil. In: BOSI, A, P; VARUSSA, J; (Orgs). **Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos.** Cascavel, Edunioeste, 2011.

CAMBOIN, A. **A luta e a organização dos catadores de material reciclável.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/267/estados>. Acesso em 22/02/2011.

CATTANI, A. D. **Trabalho & Autonomia.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

DEMAJOROVIC, et. Al. Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. Disponível em WWW.anppas.org.br/encontro_anual/encontro/GT7/GT11/jacques-demojorovic.pdf. Acesso em 15/04/2012.

DIAS, S. M. **Trajetórias e memórias dos fóruns lixo e cidadania no Brasil:** emancipação singulares de justiça social e governança participativa. 2009. Tese de Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo:** Presidente Prudente, 2006. Tese de doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciências de Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP.

GONÇALVES-DIAS, et, al. **Frames de ação coletiva:** uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil- MNCR. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia, 2010, Anais. Florianópolis: UFSC, 2010.

Jornal Hoje. Edição nº. - Terça – feira, 14 de junho de 2006. Cascavel, Paraná.

O Paraná. Edição nº 10.937 – Quinta – feira, 29 março de 2012. Cascavel Paraná.

LIMA, C, F. **Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva.** Centro de Estudo Sociais da faculdade de economia da Universidade de Coimbra, s/d. Disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal. Acesso em 20 novembro de 2010.

MALAGUTI, L. M. **Crítica à Razão Informal:** a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, Vitória: EDUFES, 2000.

PEREIRA, M. C. G. **Luta por reconhecimento e desigualdade social:** uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). 2011. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

POLISSER, S. **Cooperativa de catadores de materiais Recicláveis:** um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/ PR (1990-2009), 2010. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

THOMAZ Jr. A. O Mundo do trabalho e as transformações Territoriais: os limites da Leitura Geográfica. **Pegada**, Revista Eletrônica: CEGET. ISSN 16763025. <http://www2prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>.

RIBEIRO, S. Q. **A territorialização dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável (COOTACAR) no município de Cascavel/PR.** Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009 (Monografia em Geografia).